

APRESENTAÇÃO

É com enorme satisfação que apresentamos essa coletânea. Ela reúne os oito artigos premiados no X Prêmio Antropologia e Direitos Humanos Edição 2022, organizado pela Associação Brasileira de Antropologia, através da Comissão de Direitos Humanos, na gestão das professoras Patrícia Birman e Cornélia Eckert, durante os anos de 2021 e 2022.

Trata-se de uma nova edição desse concurso na qual celebramos os vinte anos desta iniciativa e, com isso, o décimo número da coleção Antropologia e Direitos Humanos, resultado da premiação, que já conta com nove edições anteriores, todas disponíveis no site da Associação para download gratuito (<http://www.portal.abant.org.br/aba/publicacoes/>).

O presente concurso, que teve início em 2000 e contou com o patrocínio da Fundação Ford até 2008, tem se mantido em razão do apoio integral que a ABA proporciona ao garantir a organização da premiação e a posterior publicação dos livros com os artigos laureados. No decorrer dessas dez edições, esta iniciativa se consolidou como uma forma de engajar e estimular a produção de jovens pesquisadores no campo dos direitos humanos em todos os níveis de formação, incluindo assim desde seu início as categorias mestrado e doutorado, e desde 2004, a categoria graduação. Considerando a presente edição, a coleção já reuniu 61 artigos publicados, sendo 24 em nível de doutorado, 23 de mestrado e 14 de estudantes de graduação. Entre todos os números e artigos premiados, encontram-se representadas 22 instituições de ensino superior e de pós-graduação na área de Antropologia e/ou Ciências Sociais.

Ao longo desses anos, o objetivo do prêmio é estimular, apoiar e divulgar trabalhos que versem sobre a contribuição da Antropologia para diversas áreas relativas à temática dos Direitos Humanos. Na sua primeira edição, a Apresentação do Prêmio enfatizou:

[Os desafios de] abrir a Associação a temas menos tradicionais da disciplina antropológica, como reflexo da prática cada vez mais diversificada de seus associados, característica desta antropologia que praticamos fora do lugar onde se originou o pensamento disciplinar ao redor do 'outro'. Esse outro que, aqui, somos nós mesmos e que provoca essa inserção diversificada no campo, a qual, embora neces-

sária e obrigatória, coloca desafios cada vez mais complexos ao ofício do antropólogo na sociedade brasileira contemporânea. (KANT DE LIMA, 2001, p. 7¹).

Com o passar das edições do Prêmio, os desafios foram se complexificando com a crescente participação e intervenção no espaço público e social e na esfera política, da própria Associação, mas também dos/as antropólogos/as/es nos seus processos de formação e/ou atuação profissional. Complementarmente, os temas apresentados pelos trabalhos inscritos e premiados nos sucessivos concursos evidenciam uma diversificação ainda maior não só dos problemas abordados nas pesquisas, mas especificamente da articulação e inserção dessas discussões no campo dos direitos humanos. Desse modo, é possível afirmar que os esforços dos sucessivos empreendimentos na organização do Prêmio em prol da problematização e relativização da categoria “direitos humanos” renderam frutos relevantes para a produção antropológica. Tal produção tem percorrido esferas de reflexão sobre os significados, alcances, limites e/ou potencialidades da própria categoria “direitos humanos” até etnografias em variados campos e com diversas interlocuções sobre o prisma da luta e defesa por direitos, em relação a certas “minorias”, inicialmente populações indígenas, população negra, comunidades tradicionais, crianças e adolescentes e mulheres, que, com o tempo, foram se ampliando para outros grupos sociais como ciganos, migrantes e refugiados, grupos LGBTQIA+, população em situação de rua, com maior ênfase nos movimentos sociais e lutas por direitos por eles protagonizados. Também têm sido objeto de reflexões desde edições iniciais do Prêmio as violações de direitos durante ditaduras militares e lutas pela memória, em especial na experiência argentina. Progressivamente e com maior ênfase, foram se destacando discussões no campo dos direitos humanos em articulação com as etnografias sobre práticas de poder, formas de tratamento e funcionamento das burocracias estatais, violências e violações de direitos por parte das agências do Estado. Em edições ainda mais recentes, as dimensões sobre o racismo estrutural no Brasil e a luta antirracista; sobre bullying,

1 Kant de Lima, Roberto. Apresentação. In: Novaes, Regina Reyes; Kant de Lima, Roberto (orgs.). *Antropologia e Direitos Humanos* 1. Niterói: EDUff, 2001, p 7-8.

direitos reprodutivos e outras esferas, também foram ganhando espaço na articulação entre Antropologia e Direitos Humanos.

Nesta décima edição, o prêmio enfatizou o tema “Cuidar, resistir e lembrar” a fim de estimular novas produções sobre o campo dos direitos humanos, acolhendo problemáticas vinculadas aos direitos sociais e civis e às desigualdades, das quais resultam diversas violências, mas também intensos processos de luta, mobilização e defesa de direitos. Consideramos especificamente que a produção dos trabalhos inscritos nesta edição do Prêmio passou e resistiu aos múltiplos efeitos e impactos da pandemia Covid 19, de forma mais intensa durante os anos de 2020 a 2022. Por isso também “cuidar, resistir e lembrar” são o mote desta edição, como homenagem a todas as pessoas que foram atingidas pela falta de uma política pública de cuidado e de memória, e a todas aquelas pessoas que, apesar dessa ausência, resistiram. A pandemia e as medidas de isolamento e distanciamento social necessárias para conter o vírus impactaram no desenvolvimento das pesquisas, em especial aquelas sustentadas na perspectiva etnográfica e em estratégias metodológicas com base no contato pessoal, direto e continuado com interlocutoras/es dos trabalhos. Foi necessário recriar estratégias e reformular objetos e discussões, replanejar planos de ação. Além disso, foi também imprescindível (re)inventar rotinas de estudo, de escrita, de trabalho, bem como nossa cotidianidade. Ainda, foi preciso resistir a um contexto político nacional no qual as formas de cuidar e lembrar foram desprezadas oficialmente e, assim, foram sendo protagonizadas por redes familiares, grupos e coletivos sociais, muitos deles interlocutores das pesquisas em andamento.

Nesse contexto, a décima edição do Prêmio contou com o total de 30 inscrições, 03 trabalhos concorrendo na categoria graduação, 14 na categoria mestrado e 13 no doutorado. Na categoria graduação foram concedidos um prêmio e uma menção honrosa, e nas categorias mestrado e doutorado um prêmio e duas menções honrosas em cada nível de formação. Os critérios de avaliação foram: originalidade do tema abordado, pertinência teórico/metodológica, aportes e articulação com a temática dos direitos humanos e qualidade da redação. Os trabalhos foram avaliados por pareceristas a cegas de diferentes programas de pós-graduação e instituições de estados diversos. Contamos com um

total de 35 professores(as) e pesquisadores(as) que colaboraram com pareceres e a quem agradecemos imensamente pelo trabalho realizado.

Com o intuito de aderir às políticas de ação afirmativa, cujo objetivo é mitigar processos históricos de desigualdade de acesso por parte de diferentes grupos sociais, buscando, assim, promover valores relacionados aos direitos humanos e a uma sociedade mais democrática e inclusiva, essa edição do Edital contemplou o reconhecimento de pesquisadores/as negros/as/es, indígenas, trans/travestis e/ou com deficiência na indicação das/os premiadas/os. Houve um total de 11 inscrições nessas categorias.

Por fim, destacamos que as/os autoras/es premiadas/os nesta edição representam programas de pós-graduação e cursos de graduação de diversas instituições e estados do Brasil (Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro), como veremos no próximo ponto.

Como em todas as edições, recebemos o apoio do eficiente trabalho de Carine Lemos, Roberto Pinheiro e Silvane Xavier, da secretaria da ABA, a quem agradecemos o empenho. De forma mais geral, agradecemos o apoio da diretoria sob a condução das professoras Patrícia Birman e Cornélia Eckert e da Comissão Editorial de Livros Científicos da ABA (CELCA), em nome do coordenador, Carlos Alberto Steil, e de Tânia Welter.

SOBRE OS ARTIGOS

Os artigos aqui reunidos abordam diversas temáticas vinculando etnografias realizadas em campos empíricos distintos com discussões em torno a formas diversas de violação e/ou reivindicação de direitos.

Na categoria doutorado, o artigo “A Ala LGBT do sistema prisional mineiro: de política modelo a política em crise”, de Vanessa Sander, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp, orientado pelas professoras Guita Grin Debert e Taniele Rui, apresenta um recorte da etnografia da autora sobre os circuitos de criminalização e encarceramento de travestis e transexuais. No artigo, a análise se desenvolve a partir das noções de “crise” agenciadas na Ala LGBT de uma penitenciária masculina, localizada no município de São Joaquim de Bicas, na região metropolitana de Belo Horizonte. Sander demonstra como os casos de abuso precedentes e a prevenção de violências agem

como um artefato político para construir a legitimidade e urgência da criação de espaços específicos segregados.

Seguindo na categoria doutorado, apresentamos o artigo “Famílias fora do armário: Emoções e mobilização política em uma associação de mães e pais de filhos LGBT”, de Arthur Costa Novo, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, orientado pelo professor Carlos Guilherme Octaviano do Valle. A partir do intenso e amplo acompanhamento do grupo “Mães pela Diversidade” em diversas cidades do país, o artigo analisa como as integrantes do grupo, formado por mães e famílias de “filhos LGBT”, que combatem a discriminação e reivindicam direitos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero de seus filhos, vivem sua participação na associação. A etnografia demonstra a variedade e heterogeneidade de formas, interesses e discursos que mobilizam as mães nos seus engajamentos emocionais, afetivos e políticos, mobilizadas por um forte discurso emocional e moral, assim como os desafios para a atuação como um “movimento político” em função das características socioculturais e de articulação política diversas que cada coordenadora encontra pelo Brasil e dos diferentes interesses, motivações, receios ou negociações no próprio contexto doméstico e familiar das participantes. Com isso, evidencia os desafios e receios de se aderir ou não a uma “maternidade política” em torno de uma identidade de “mãe de LGBT”, bem como torna explícita a discussão sobre como formas de viver o parentesco e família podem se tornar espaços de transformação política, desestabilizando a concepção de que a família é natural e seus problemas são particulares.

Ainda na categoria doutorado, o artigo “O universalismo racista: tensões entre universalidade e equidade no acesso de imigrantes ao Sistema Único de Saúde na metrópole paulistana durante a pandemia de Covid-19”, de Alexandre Branco-Pereira, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFSCar, orientado pelo professor Igor José de Renó Machado, apresenta dados e discussões construídos a partir de uma etnografia conduzida entre imigrantes moradores da região metropolitana da cidade de São Paulo entre 2020 e 2022, tomando como objeto os impactos produzidos pela pandemia de Covid-19 sobre as populações imigrantes, e a atuação do Estado por meio da não produção de dados sobre o fenômeno e a condução da campanha nacional

de imunização. A partir desse foco, o artigo propõe o desenho de uma “antropologia do esquecimento e dos esquecidos”, evidenciando como essas populações foram ativamente apagadas do processo de construção de políticas públicas de resposta à pandemia na esteira de um processo de impedimento da memória e do registro de seus sofrimentos e dores causados pela crise sanitária. Em contrapartida a essa política, o artigo também explicita as estratégias utilizadas por imigrantes e aliados brasileiros para recusar a condição de esquecimento, produzindo formas de luta e de construção da memória. Por fim, em articulação com as discussões no campo dos direitos humanos, a etnografia contribui para debater as tensões envolvendo universalidade e equidade na garantia do direito à saúde das populações imigrantes e outras.

Já na categoria mestrado, o artigo de Giulia Escuri de Souza, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, orientado pela professora Alessandra de Andrade Rinaldi, intitulado “‘Nossos filhos têm mães!’ As agências das mães e familiares de vítimas de violência do Estado na Baixada Fluminense”, explora a partir das linhas de parentesco formas através das quais mães que perderam seus filhos pela violência estatal transformam, através do luto, a vivência da maternidade. O artigo revela o comprometimento da pesquisadora para com suas interlocutoras ao explorar dor, sofrimento, território, parentalidade e memória sem deixar para um segundo plano uma reflexão interseccional entre gênero, raça e classe, fundamental para compreendermos as especificidades da violência estatal na Baixada Fluminense.

Também na categoria mestrado, o trabalho “Parto, Memória e Resistência: o (re)conhecimento da dor e da violência obstétrica no cotidiano de mães enlutadas e de “mães especiais”, de Bruna Fani Duarte Rocha, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria, orientado pela professora Monalisa Dias de Siqueira, constrói textualmente uma comunidade emocional para o entendimento coletivo e busca por justiça a partir de experiências de violação de direitos humanos durante o ciclo gravídico puerperal. A partir da agência das mães como mobilizadoras de uma luta política, o artigo compreende dor e sofrimento como experiências que são corporificadas a partir das narrativas das vítimas da violência obstétrica. O ativismo e as redes de solidariedade produzidos a partir da partilha de eventos traumáticos que ocorreram no interior do Rio Grande do Sul

são apresentados no texto. Embora o cenário e protagonistas habitem esse lugar marcado por outras tragédias, a frequente e cotidiana realidade e consequências da violência obstétrica no Brasil reverberam nas experiências individuais narradas no artigo e inova ao aproximar a violência obstétrica como uma violação de direitos humanos.

Ainda na categoria mestrado, o artigo “ ‘Unidas pelo fervo, fervidas pelo amor’: notas sobre um coletivo preto, positHIVO e LGBT+ na cidade de São Paulo”, de Bruno Nzinga Ribeiro, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp, orientado pela professora Isadora Lins França, conecta em sua análise os domínios do ativismo, do corpo e do cuidado. A reflexão é fruto de trabalho de campo realizado entre 2018 e 2021, com o Coletivo Amem na capital paulista, que engaja pessoas negras e LGBT+, tendo por eixo fundamental de atuação a vivência de pessoas positHIVas. Nesse contexto, o autor destrincha entrelaçamentos que abarcam os marcadores de diferença raça, gênero, geração e sexualidade e sua interface com direitos e resistências, evidenciando como o Coletivo recusa a imagem de um sujeito LGBT+ “universal” e assim potencializa as lutas contemporâneas pela diversidade no Brasil.

Na categoria graduação, o artigo “ ‘Eu paguei ao Estado a bala que matou meu filho’: gênero, raça e processos de Estado na audiência pública da ADPF 635”, de Murilo Cavalcanti, da Universidade Federal da Paraíba, orientado pelo professor Roberto Cordoville Efrem de Lima Filho, analisa os debates realizados no Supremo Tribunal Federal em relação ao controle da ação policial no Rio de Janeiro por meio da participação de familiares de vítimas da violência de Estado. O artigo premiado é fruto do trabalho de conclusão de curso do autor e foi realizado por meio da análise das narrativas dos participantes da audiência pública – que foi transmitida online – sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, também conhecida como ADPF das Favelas, situa a ação das políticas de enfrentamento e repressão e os modos pelos quais demandas por direitos e emoções se articulam nas denúncias e reclamos por justiça. Ao descrever etnograficamente a participação de familiares e movimento sociais diante da Suprema Corte, o artigo destaca também a relação entre gênero, raça e Estado para apontar como novas gramáticas têm sido reconhecidas nos processos de denúncia da ação letal de agentes estatais e nos intentos de controle da ação brutal das polícias.

Finalmente, ainda em nível de graduação, encerramos a coletânea com o trabalho “Se o grileiro vem, pedra vai: redes de solidariedade e suborno na Fazenda Bonito, território Kalunga”, de autoria de Chico Sousa, da Universidade de Brasília, orientado pela professora Christine de Alencar Chaves. O artigo trata de um conflito relacionado à disputa de território no estado de Goiás com foco nos processos de grilagem de terras numa área de patrimônio histórico e cultural de uma comunidade quilombola. Desde um viés histórico e antropológico, incluindo análise de documentos, observação participante e realização de entrevistas, o autor descreve estratégias de tomada de terra e as repercussões do conflito que envolve a comunidade local, agentes estatais, grileiros e o território tradicional.

Em termos gerais, gostaríamos de destacar que todos os artigos são fruto de empreendimentos de pesquisas empíricas que, a partir de uma perspectiva etnográfica, buscam dialogar e compreender os diversos pontos de vista envolvidos nos problemas abordados, bem como traçar pontes e debates com discussões centrais no campo da Antropologia e dos direitos humanos. Priorizando a etnografia como forma de aproximação aos fenômenos estudados, em campos empíricos diversos, os artigos dão visibilidade a discussões sobre sofrimento e dor; demandas por reconhecimento, identidade e direitos; regimes de governo e estratégias de luta e resistência; desigualdades de gênero, classe e raça e reivindicações por cidadania. Maternidades violentadas, seja pela ação letal do Estado no estado do Rio de Janeiro, seja pela violência obstétrica no Rio Grande do Sul; as desigualdades e violências de gênero e sexualidade a partir das reflexões sobre a gestão de corpos LGBT em prisões em Belo Horizonte; sobre a luta de um coletivo preto, positHIVO e LGBT+ na cidade de São Paulo e sobre uma associação de mães e pais de filhos LGBT em São Paulo e outras cidades, e, por fim, a etnografia sobre o processo de grilagem de terras no nordeste goiano, dão conta de universos diversos que refletem desigualdades arraigadas na sociedade brasileira e nas formas de gestão estatal de corpos e subjetividades, mas que também evidenciam os processos de resistência e luta por direitos e por reconhecimento – social, político e existencial. Ao priorizar esses processos, os trabalhos aqui reunidos explicitam a relevância de discutir publicamente no campo dos direitos humanos, não apenas a partir da violação de direitos e suas eventuais responsabilidades, mas também

das dimensões afetivas, emocionais, territoriais e morais das experiências de exclusão, negação de identidades e silenciamentos.

Em retrospectiva de mais de 20 anos de trabalho da Comissão de Direitos Humanos e apresentando a décima edição do Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, encerramos essa apresentação com o desejo de dar longa continuidade a esta iniciativa. Ainda mais, com a expectativa do fortalecimento da produção de etnografias que permitam des-
construir e produzir pensamentos críticos sobre as violações a direitos e reforçar modos criativos e inovadores de luta, reconhecimento e afetos. Desejamos a todos uma boa leitura. Parabéns aos trabalhos premiados e a todos os que participaram!

Lucía Eilbaum

Professora de Antropologia/UFF
Comissão de Direitos Humanos/ABA

Ana Paula da Silva

Professora de Antropologia/UFF
Comissão de Direitos Humanos/ABA

Débora Allebrandt

Professora de Antropologia/UFAL
Comissão de Direitos Humanos/ABA

Flavia Medeiros

Professora de Antropologia/UFSC
Comissão de Direitos Humanos/ABA

Helder Ferreira

Professor de Antropologia/UFPI
Comissão de Direitos Humanos/ABA

Juliane Bazzo

Comissão de Direitos Humanos/ABA

Paulo Victor Leite Lopes

Professor de Antropologia/UFRN
Comissão de Direitos Humanos/ABA

Tanieli Rui

Professora de Antropologia/Unicamp
Comissão de Direitos Humanos/ABA